

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Um ano passado desde as atrocidades cometidas pelo Hamas e por outros grupos militares palestinos a 7 de outubro de 2023, que resultaram na morte de mais de 1 200 pessoas, no sequestro de centenas e em cerca de 5 000 feridos, a resposta de Israel continua a ser desproporcional e indiscriminada. A violação de leis internacionais por grupos terroristas não legitima a violação de leis internacionais por um Estado.

Nada justifica os atos de terror cometidos pelo Hamas e por outros grupos armados em Israel a 7 de outubro de 2023. Nada justifica a punição coletiva do povo palestino na faixa de Gaza.

O bloqueio de ajuda humanitária por Israel que se tem verificado é um ataque grave aos direitos humanos.

Tensões Históricas

Este conflito não é um fenómeno recente. As tensões entre Israel e a Palestina são o resultado de um conjunto de fatores históricos complexos.

No final do século XIX, face a perseguições e ataques sistemáticos às populações judaicas e ao antissemitismo que se sentia na Europa, surgiu o sionismo, um movimento político que defendia a concentração de todos os judeus num Estado independente, a criação de um lar nacional na região da Palestina, entre o rio Jordão e o mar mediterrâneo, considerada sagrada por muçulmanos, judeus e católicos. Esta zona é reconhecida pelos sionistas como a *Eretz Yisrael* (Terra de Israel) – terra prometida por Deus a Abraão e aos seus descendentes.

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Após a ocupação da Palestina por hebreus durante o século XII a.C., vários povos e grupos controlaram essa região durante diferentes períodos (assírios, gregos, romanos, árabes muçulmanos, cruzados, entre outros). Entre o século XVI e o século XX, a Palestina pertenceu ao Império Otomano, sendo maioritariamente ocupada por comunidades muçulmanas. A partir do século XX, a imigração judaica, que se foi intensificando perante aspirações sionistas, começou a gerar resistência entre a população muçulmana.

Finda a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano caiu e alguns dos seus territórios passaram a estar sob mandatos das potências vencedoras da guerra. A Palestina passou então a ser administrada pelo Reino Unido.

Após a Segunda Guerra Mundial e através da Declaração de Balfour, o Governo britânico posicionou-se favoravelmente à criação de um Estado para os judeus na Palestina, o que intensificou as tensões entre as comunidades muçulmana e judaica na Palestina.

Apesar de o Reino Unido ter tentado equilibrar os interesses de ambos os lados, a administração britânica da Palestina terminou em 1948, quando, perante o agravamento dos conflitos e da pressão internacional, o Reino Unido transferiu esta questão para a Organização das Nações Unidas

A 3 de setembro de 1947, a ONU defendeu a criação de um Estado para o povo judeu no Oriente Médio, baseando-se em fontes bíblicas e históricas e na declaração de Balfour. A 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral aprovou a resolução nº 181, na qual se definiu que a Palestina se dividiria em dois Estados, um muçulmano e outro judeu, e que Jerusalém ficaria sujeita a um regime internacional especial.

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Face à recusa pelo povo muçulmano da resolução da ONU, milícias israelitas desencadearam ataques contra povoações palestinas, forçando milhares de pessoas a fugir. A 14 de maio de 1948 o mandato britânico terminou e fundou-se o Estado de Israel. No dia seguinte, o Egito, a Jordânia, a Síria e o Iraque declararam guerra e invadiram o território de Israel. A guerra resultou no deslocamento de mais de metade da população palestina.

Em dezembro de 1948, a Assembleia-Geral da ONU alertou para o direito dos refugiados árabes de regressarem às suas casas em território controlado por Israel, de reabilitação económica e social, bem como para o direito dos que não pretendessem regressar a casa a receber uma compensação adequada.

Em 1949, assinou-se o armistício que colocou fim à guerra, embora as tensões entre Israel e os países do Médio Oriente permanecessem, e a ONU estabeleceu a Comissão de Conciliação para a Palestina, bem como a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), com o objetivo de prestar auxílio aos refugiados palestinos.

Após o conflito, o território inicialmente previsto pela ONU para o povo palestino foi consideravelmente reduzido. Mesmo antes da guerra atual, os direitos dos palestinos continuaram a ser ignorados, persistindo milhares de refugiados deslocados das suas casas.

Ataque do Hamas

A 7 de outubro de 2023, o Hamas realizou indiscutivelmente o ataque mais mortífero e desumano da história de Israel. Cerca de 1200 pessoas morreram (incluindo mais de 360 jovens num festival de música) e cerca de 250 ficaram reféns. O Hamas declarou que o seu ataque era uma resposta a anos de opressão por parte de Israel e da sua ocupação de territórios palestinos, incluindo Gaza.

Terão sido disparados cerca de 5000 projéteis que rapidamente sobrecarregaram o sistema de defesa aérea de Israel. Simultaneamente, por terra, assassinaram-se indiscriminadamente centenas de pessoas em cerca de 50 locais, incluindo num festival de música onde israelitas e estrangeiros foram raptados. O conselho de segurança da ONU considera ainda que há motivos para acreditar que em diversos locais durante o ataque se terão verificado casos de violência sexual.

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Resposta de Israel

Em retaliação a estes atos de terrorismo, Israel iniciou uma ofensiva militar massiva na faixa de Gaza que perdura ainda hoje. O primeiro-ministro Israelita Benjamin Netanyahu declarou que as intenções desta resposta militar eram destruir o Hamas, resgatar os reféns, bem como evitar que Israel pudesse voltar a ser alvo de novos ataques.

Os ataques de Israel estão a ter consequências desastrosas na faixa de Gaza, tendo mais de 43 000 pessoas, cuja maioria era constituída por civis, morrido. Cerca de 2,3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de casa (estima-se que 9 em 10 pessoas da população de Gaza estarão deslocadas).

Há falta de água, comida e medicamentos. Os abrigos estão sobrelotados. Muitas infraestruturas estão destruídas (cerca de 70%) ou estão em risco de colapsarem. As escolas e universidades estão em ruínas. Os hospitais não dão resposta suficiente à quantidade de feridos.

Regularmente, as famílias têm de recorrer a métodos penosos para sobreviver, como a redução das porções alimentares, o consumo de água contaminada e a venda de objetos pessoais.

Várias mulheres dormem em casas abandonadas, muitas em ruínas, ou em céu aberto, o que as expõe a abusos e a violência de género. Há cerca de 50 000 mulheres grávidas em Gaza a enfrentar precárias condições de vida.

A guerra tem ainda consequências desastrosas nas crianças que habitam a região. Pelo menos 14000 crianças morreram, milhares de outras estão feridas e milhares estão desnutridas por causa da guerra. Gaza detém o maior número de crianças amputadas *per capita* do mundo. Todas as crianças foram expostas as experiências traumáticas que irão permanecer para sempre nas suas memórias após o fim da guerra.

Os efeitos deste conflito na população de Gaza perdurarão durante longos anos que se seguirem ao seu termo. Setores críticos, como a educação, a saúde, serviços sociais, a economia e o ambiente estão severamente afetados, o que dependerá de grandes esforços de reconstrução, de apoio internacional e de estabilidade político-social.

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Desde o ataque de 7 de outubro do ano passado, tanto o Hamas como Israel foram várias vezes acusados de cometerem crimes de guerra. Um relatório da ONU acusou especificamente Israel de cometer crimes contra a humanidade por tortura, “exterminação” e perseguição de género - por procurar atacar adultos e crianças do sexo masculino. Israel é ainda acusado de utilizar a fome como método de guerra e de obrigar palestinianos a despirem-se publicamente - algo que segundo os investigadores terá tido como intenção humilhar a comunidade e acentuar a sua subordinação face às forças israelitas -, entre muitas outros atos desumanos.

A ajuda humanitária é deliberadamente bloqueada, sendo a que efetivamente consegue entrar em Gaza insuficiente, inconsistente e imprevisível, o que se deve sobretudo a uma crise de vontade política e a desrespeitos pelos princípios fundamentais do direito humanitário internacional. Praticamente nenhuma ajuda humanitária entrou no norte de Gaza em outubro, de acordo com várias organizações internacionais, incluindo a ONU.

Proibição da UNRWA

Recentemente, o Parlamento israelita aprovou legislação que proíbe a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente de prosseguir a sua atividade de assistência aos refugiados palestinianos nos territórios da zona este de Jerusalém anexada por Israel, Gaza e West Bank, apesar da pressão internacional para manter esta agência. Também declarou a UNRWA um grupo terrorista.

Embora estas leis não impliquem o fim da UNRWA, nem a impeçam de trabalhar na Cisjordânia e em Gaza, não deixam de diminuir consideravelmente a sua capacidade de atuação, especialmente em relação aos refugiados desta guerra atual.

CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA



Esta legislação foi aprovada na sequência de acusações que ligam a UNRWA ao terrorismo (alegações de que membros da UNRWA Teriam estado envolvidos no ataque de 7 de outubro). Após terem sido desmentidas as acusações e de ter sido realizado um inquérito interno, tendo-se posteriormente afastado 9 pessoas alegadamente envolvidas no ataque de 7 de outubro do ano passado, não se justifica que Israel quebre gravemente a lei Internacional e princípios humanitários fundamentais, impossibilitando a ajuda humanitária da ONU (organização a que também pertence) a civis, durante uma das maiores crises humanitárias deste século, marcada pela escassez de comida, água e medicamentos. A UNRWA não é um grupo terrorista, não pratica atos terroristas - a sua atuação cinge-se ao apoio de refugiados palestinianos, homens, mulheres e crianças civis.

A legislação aprovada provocou grande condenação Internacional. O Conselho de segurança das Nações Unidas solicitou a Israel que “cumpra suas obrigações internacionais, respeite os privilégios e imunidades da UNRWA e cumpra a sua responsabilidade de permitir e facilitar a assistência humanitária completa, rápida, segura e desimpedida em todas as suas formas em toda a Faixa de Gaza”.

A UNRWA foi fundada em 1949 para apoiar os refugiados palestinianos, ou seja, pessoas cujo local de residência habitual era a Palestina durante o período compreendido entre 1946 e 1948 e que perderam as suas casas e os seus meios de subsistência em consequência da guerra de 1948. Uma agência inicialmente tida como temporária, continua a atuar atualmente e desempenha um papel insubstituível em Gaza.

A ajuda humanitária na faixa de Gaza já não é suficiente para o desastre humanitário que se verifica. Esta realidade agravar-se-á consideravelmente com a proibição da ajuda da UNRWA, que, por si só, representa a maioria da ajuda humanitária fornecida aos palestinianos.

Israel deve honrar as suas obrigações internacionais. Esta lei viola não só decisões anteriores da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Tribunal Internacional de Justiça, como a própria Carta das Nações Unidas. Os civis e os serviços de que dependem têm de ser protegidos. A entrada de ajuda humanitária em Gaza é essencial para a sua sobrevivência.